

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.102 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2000

CCJ discute proibição da venda de armas de fogo

Substitutivo a três projetos que tramitam no Senado prevê o fim da comercialização de armamento e munições, o recolhimento do que está em poder da população e um referendo sobre o que for aprovado pelo Legislativo

AGENDA

COMISSÃO REINICIA AMANHÃ A DISCUSSÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PPA

PÁGINA 4

CAS analisa piso salarial dos estados

PÁGINA 4

CPI DO ROUBO DE CARGAS COMEÇA A OUVIR TESTEMUNHAS

PÁGINA 3

DESARMANDO A SOCIEDADE

Quem poderia portar armas de fogo:

- Forças Armadas
- Polícias
- Guardas municipais e florestais
- Agentes de trânsito e de órgãos ambientais
- Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
- Empresas de segurança (*)
- Moradores de áreas rurais e clubes de tiro e caça desde que não saiam das áreas definidas.

(*) Novas autorizações para funcionamento ficariam suspensas por um ano.

Quem já tem uma arma...



Revólver, pistola ou espingarda e munições seriam entregues em unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou das polícias civis, num prazo de 360 dias, contados a partir da entrada em vigor da lei. A pessoa seria indenizada.



Aqueles com porte irregular que entregassem as armas voluntariamente ficariam isentos de punição.

Antes de entrar em vigor, haveria uma consulta popular para referendar a lei aprovada pelo Congresso.

Em reunião extraordinária marcada para amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai discutir o substitutivo do senador Renan Calheiros a três projetos de lei que tratam da comercialização de armas de fogo no país. O relator pretende a proibição da venda ao público de armamento e munições, o recolhimento das armas em poder da população e a realização de um referendo sobre o que for decidido pelo Legislativo. Também propõe a suspensão, por um ano, da concessão de novas autorizações para funcionamento de empresas de segurança.

PÁGINA 5

Malan e Serra debatem sobre recursos para saúde

PÁGINA 5



Plenário aprecia projeto que pune a exploração sexual de menores

Projeto que pune com até dez anos de prisão quem submeter criança ou adolescente a exploração sexual deverá ser votado na sessão do Plenário da próxima quarta-feira.

PÁGINA 3

Em regime de urgência, Plenário também decidirá sobre empréstimo de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial para modernizar a Previdência Social

Senador Jorge Bornhausen, autor do projeto: "Relação de igualdade entre o fisco e o cidadão"



CÓDIGO DO CONTRIBUINTE SERÁ VOTADO PELA CAE

PÁGINA 4



SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 90/2000, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial — Reforma da Previdência Social/Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 66/99, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDL nº 166/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Cardoso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso (SP); PDL nº 173/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Costa Azul FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis (RJ); PDL nº 224/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Rio-grandense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul (RS); e Requerimento nº 259/2000, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PLS nº 53/2000, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 66/99, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; Mensagem nº 86/2000, que submete ao Senado o nome de Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Mensagem nº 104/2000, que submete ao Senado o nome de Celso Marcos Vieira de Souza para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito; PLC nº 33/99, acrescenta artigo à Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; PDL nº 46/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio (PR); PDL nº 176/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradina para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina (SP); PDL nº 198/99, que aprova o ato que declara premissa a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento da Una (PE); e Requerimento nº 267/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nº 67, 83 e 126, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Quinta-feira

17h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDL nº 134/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atenas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alfenas (MG); PDL nº 186/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo (SP); PDL nº 51/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Espigão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espigão d'Oeste (RO); e Requerimento nº 268/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 151 e 353, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Votação do relatório final do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003.

Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública sobre a PEC nº 86/99 (da Saúde), que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, com a presença dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Saúde, José Serra e os governadores de Estado. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLS nº 613/99, altera o Decreto-Lei nº 406/68, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza; PLS nº 336/99, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi); PLS nº 564/99, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; PRS nº 25/2000, acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Mensagem nº 99/2000, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial — Reforma da Previdência Social/Segunda Fase; Mensagem nº 78/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 97,8 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banque Nationale de Paris (BNP), destinadas ao financiamento de importação de oito helicópteros "cougar" e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.; PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; e tramitando em conjunto os PLSs nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491/97 e nº 239/99, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, quarenta por cento dos recursos arrecadados em moeda corrente com a privatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União em programas sociais, alterando a Lei nº 9.491/97. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; PLS nº 131/2000, que denomina Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho trecho da BR 401 (RR); PLS nº 56/2000, que inscreve nome de Plácido de Castro no livro dos Heróis da Pátria; e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI do Roubo de Cargas que tem como finalidade apurar, em todo país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Pauta: Depoimento dos presidentes do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo, Romeu Natal Panzan e da Federação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina, Augusto Dalçoquio Neto. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 115/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Francisco Thompson Flôres Netto para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai; Mensagem nº 102/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Joaquim Augusto Whitaker Salles, para cumulativamente com função de embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer a de embaixador do Brasil junto à República da Uganda; e PLC nº 79/96, que regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição federal, dispondo sobre as terras devolutas sob o domínio da

União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de armas de fogo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quarta-feira

9h — Reunião da Comissão de Ética destinada à apresentação do parecer do senador Jefferson Péres, na condição de relator da Representação nº 2/99, contra o senador Luiz Estevão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 19/2000, que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. Audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, mantendo com empregadores o ônus de provar que não existe o vínculo empregatício, principalmente nos casos dos tomadores de serviços das cooperativas, com a participação de Eduardo Castello Parucker, da Secretaria Executiva; Marcelo Gonçalves Campos, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Manoel José dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Marcelo José Ladeira Mauad, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Ricardo Fonseca, representante da Procuradoria do Trabalho; Rozani Holler, representante da Federação das Cooperativas de Trabalho; Antônio Alves de Almeida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; e José Calixto Ramos, presidente da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

9h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: Exposição do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, tendo em vista o Requerimento nº 9-CCJ, de iniciativa do senador Pedro Simon.

2ª parte: Audiência pública visando a orientar sobre o PLC nº 65/99 (Lei da Mordaza), com a presença dos presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Carlos Frederico Santos; da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Jaime Chemello; da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais (Fenaj), Elisabeth Vilela da Costa; da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Joaquim José Safe Carneiro; da Associação dos Delegados de Polícia do DF (Adepol/DF), Mário André Carvalho Machado; da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Jair Cesário; e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando da Costa Tourinho Neto; do assessor jurídico da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Alexandre Jobim; do diretor do Grupo RBS e representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo; e do jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Carlos Chagas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quinta-feira

9h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Néri da Silveira, acerca da importância da eleição na consolidação da democracia e do secretário de informática, Paulo César Bhering Camarão, a respeito da utilização da urna eletrônica, visando a orientar o PLS nº 194/99, que altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. *Plenário do Senado*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Atlântica negro na rota dos orixás*, de Renato Barbieri. *Auditório Petrônio Portella*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário analisa exploração sexual de menor

Proposta relatada favoravelmente pelo senador Roberto Freire classifica como crime a exploração sexual de menores. A punição prevista é de quatro a dez anos de reclusão. O projeto será votado quarta-feira pelo Plenário

O Estatuto da Criança e do Adolescente poderá ser alterado para que seja incluído no texto o crime de exploração sexual de menores. Projeto nesse sentido deverá ser votado na sessão plenária de quarta-feira, dia 31. De autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e relatada favoravelmente pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), a proposta pune com quatro a dez anos de reclusão quem submeter criança ou adolescente a prostituição.

A condenação pelo crime, de acordo com o projeto, terá também como efeito a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento em que se verificar a exploração. O projeto visa adequar a legislação brasileira à Convenção sobre os Direitos da Criança, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e proporcionar a adequada proteção dos menores vitimados pela ex-



O Plenário deve também decidir se autoriza o governo a tomar empréstimo de US\$ 505 milhões para terminar a reforma da Previdência

ploração sexual.

Em regime de urgência, o Senado também decidirá se autoriza o governo a tomar empréstimo de até US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), destinados à segunda fase da reforma da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil.

Em segundo turno, os senadores votarão a proposta de emenda constitucional com que o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pretende prorrogar por mais dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, dos percentuais que o Brasil hoje destina à irrigação. Com isso, o Nordeste continuaria com 50% dos recursos e o

Centro-Oeste, com 20%. Se aprovado no Senado, o texto será examinado pelos deputados.

O Senado irá deliberar também sobre a escolha de Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da



Roberto Freire: deve ser submetido à punição quem prostituir menores

Costa Rica, e de Celso Marcos Vieira de Souza para a mesma função na República Árabe do Egito.

Na quinta-feira, volta à Ordem do Dia o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que muda a Lei Eleitoral para dar maior segurança ao sistema eletrônico de votação. O projeto deveria ter sido votado no último dia 24, mas teve sua deliberação adiada em razão de audiência pública que a Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará sobre a proposta com ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O texto de Requião exige que o sistema eletrônico imprima, em cédula individualizada e não identificável, os votos dos eleitores, que seriam depositados em urna.

Também esta semana, o Senado deliberará sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento de várias emissoras: Rádio Atenas, de Alfenas (MG); Rádio Eldorado, de São Paulo (SP); Rádio Sociedade Espigão, de Espigão d'Oeste (RO); Rádio Atlântica FM, de Cornélio Procopio (PR); Rádio Alvorada de Cardoso, de Cardoso (SP); Rádio Costa Azul FM, de Angra dos Reis

Parecer sobre Luiz Estevão será apresentado amanhã

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresenta amanhã ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que se reúne às 9h, relatório sobre a apuração das denúncias contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) contidas em representação movida



Jefferson Péres: o conteúdo do parecer só será conhecido durante sua leitura

pelos partidos de oposição. Na representação, é pedido que seja instaurado processo contra o senador por suposta quebra de decoro parlamentar, devido aos depoimentos de Estevão na CPI do Poder Judiciário durante apuração de denúncias sobre irregularidades na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

— Nada direi, a não ser que tudo será dito no momento da leitura do relatório — respondeu Jefferson ao ser procurado para adiantar o seu parecer.

Para verificar se a denúncia é procedente, Jefferson Péres examinou a documentação relativa ao caso e colheu depoimentos. Presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o conselho ouviu, no dia 9

deste mês, o perito criminal da Polícia Federal José Marcion da Silva, arrolado como testemunha pelo relator para instruir o processo contra o Luiz Estevão. Segundo o perito, que prestou serviços à CPI, Luiz Estevão teria obtido a lista dos funcionários da comissão

com o intuito de pressioná-los.

Ele contou ainda que, durante reunião dos integrantes da CPI, da qual participou Estevão, um dos servidores teria dito que os funcionários da comissão estavam sendo pressionados. Segundo o perito, um funcionário teria afirmado na ocasião que “vai acabar sobrando para o elo mais fraco”, referindo-se aos servidores. Luiz Estevão teria respondido que “vai sobrar mesmo”, conforme declarações de Marcion da Silva. Na mesma reunião do conselho, um dos advogados de Estevão, Felipe Amodeu, cobrou do depoente um conceito mais preciso sobre o que considera ameaça e contestou tais acusações, afirmando que não houve qualquer documento por escrito nesse sentido.

CE discute reserva de vaga noturna em universidade

Em reunião extraordinária, a Comissão de Educação (CE) irá analisar em caráter terminativo amanhã, às 11h30, três projetos de lei. Entre eles está a proposta do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) determinando que sejam reservadas 30% do total de vagas dos estabelecimentos públi-

cos de ensino superior para o período noturno. A proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pretende abrir oportunidades para os estudantes que são obrigados a trabalhar durante o dia.

O relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), deu parecer defendendo a rejeição do projeto, que, segundo afirma, fere o princípio da autonomia didático-pedagógica das universidades. O senador argumenta também que a proposta desconsidera a diversidade das instituições públicas de ensino superior existentes no país. Para o relator, qualquer tentativa de homogeneizá-las, mediante o enquadramento em normas rígidas, corre o risco de promover distorções.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) discorda do parecer do



Estevão propõe que 30% das vagas sejam destinadas ao período noturno

relator, e apresenta voto em separado, favorável à proposta, na forma de substitutivo. Segundo a senadora, a crescente demanda por cursos noturnos legitima a proposição e justifica a superação de eventuais obstáculos. Dessa forma, a senadora procura, em seu substitutivo, flexibilizar a matéria, sugerindo a sua regulamentação mediante atribuição de competência pelo Conselho Nacional de Educação, que analisaria o tema sob a ótica da heterogeneidade das instituições de ensino superior, problema apontado pelo relator em seu parecer. Emilia dá um prazo também de dois anos para a lei entrar em vigor.

Os outros itens da pauta incluem propostas do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que denomina Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho trecho da BR-401, em Roraima; do senador Tião Viana (PT-AC), que inscreve o nome de Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria; e outros 11 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão ou permissão de meios eletrônicos de comunicação.

CPI do Roubo de Cargas ouve empresários do transporte

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre Roubo de Cargas deve ouvir amanhã, às 15h, os depoimentos de Romeu Natal Panzan, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo (Setcesp), e Augusto Daçoquio Neto, presidente da Federação dos Transportes de Cargas de Santa Catarina (Setcesc). Eles são os primeiros de uma lista de vinte nomes, entre sindicalistas, empresários e policiais, já aprovados para prestar depoimentos à comissão.

Ainda serão ouvidas testemunhas que depuseram às CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, promovidas pela Câmara dos Deputados. Também já está na pauta uma visita à cidade de Paranaguá (PR), com data a ser acertada. Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI do Roubo de Cargas foi criada para apurar as causas do acentuado aumento desse tipo de crime em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e tem prazo de 90 dias para apresentar relatório final.

De acordo com Tuma, as quadri-lhas que atuam no roubo de cargas em rodovias, ferrovias e portos têm organização empresarial e praticam seus crimes por encomenda. Para o senador, o desafio da CPI é identificar os intermediários do negócio.

CAE analisa amanhã o Código do Contribuinte

Autor do projeto, o senador Jorge Bornhausen prevê nova relação de igualdade jurídica entre o cidadão-contribuinte e o fisco

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos apreciam, na reunião que realizam amanhã, parecer favorável à criação do Código de Defesa do Contribuinte, proposta feita nos moldes do Código do Consumidor. Segundo afirmou o autor do projeto de lei complementar, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o novo código possibilitará uma relação de igualdade jurídica entre o cidadão-contribuinte e o fisco.

O projeto não tem caráter terminativo na comissão e, por esse motivo, terá que ser apreciado pelo Plenário. Ele já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com emendas. Na CAE, a proposta recebeu voto favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), que também apresentou seis emendas.

— Este projeto vem ao encontro da necessidade de resgatar os direitos do contribuinte brasileiro, vítima contumaz de abuso por parte das fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais — argumenta Lobão, informando ainda, em seu relatório, que a maioria dos países desenvolvidos já possui legislação para regular o assunto.

Os senadores da CAE também devem examinar duas mensagens presidenciais que solicitam autorização para realização de empréstimos externos. Uma trata do contrato de operação de crédito no valor de US\$ 505 milhões, junto ao Banco Mundial, para o governo executar ações na Previdência Social. Essa matéria já foi motivo de audiência pública com o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

CÓDIGO DO CONTRIBUINTE

7 capítulos e 53 artigos

Direitos do contribuinte

- Acesso à identificação de funcionários
- Prestação de informações por escrito
- Possibilidade de parcelamento de débitos tributários
- Reembolso de fianças
- Possibilidade de utilizar crédito tributário no abatimento de débitos
- Tratamento isonômico para contribuinte e fisco no que diz respeito a pagamentos, reembolsos, juros e atualizações monetárias

Deveres do fisco

- O ônus deve ser o menor possível para o contribuinte
- Proibição de publicação do nome do contribuinte em débito
- Proibição de reter documentos, livros e mercadorias além dos prazos legais
- Proibição de fazer-se acompanhar de força policial sem autorização judicial
- Ação penal só pode ser instaurada após conclusão do processo administrativo
- Prazo de 30 dias para a inscrição de débitos na dívida ativa

Em outros países

EUA - II Declaração de Direitos do Contribuinte (julho de 1996)

Espanha - Lei de Direitos e Garantias dos Contribuintes

Na ocasião, os senadores debateram sobre a aplicação efetiva dos recursos, destinados a cobrir despesas relativas à dívida pública. O relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que já havia distribuído seu voto favorável, manteve apoio à matéria mas reformulou os termos do relatório.

A outra mensagem refere-se à operação de crédito no valor de US\$

97,855 milhões entre o Brasil e o Banque Nationale de Paris (BNP), destinado ao financiamento de importação de oito helicópteros Cougar e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A. O relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), também é favorável à realização do contrato nos termos de um projeto de resolução que apresenta.

Comissão de Orçamento volta a discutir PPA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), retoma amanhã, a partir das 15h, a discussão do relatório final do projeto de lei relativo ao Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. A discussão foi interrompida na última quinta-feira para a correção de erros detectados no relatório.

Segundo informação divulgada pela comissão, o relator do projeto de lei do PPA, deputado Renato Viana (PMDB-SC), elaborou um adendo ao documento, que será

distribuído hoje. O adendo conterá as correções necessárias à discussão e votação da matéria.

Em seu relatório, Viana está propondo um acréscimo de R\$ 21 milhões aos valores constantes da proposta enviada pelo Executivo, passando o volume de recursos do PPA de R\$ 1,113 trilhão para R\$ 1,134 trilhão. Os recursos adicionais, no valor de R\$ 5,7 bilhões, serão usados no Orçamento deste ano, para cobrir solicitações de emendas setoriais apresentadas pelos parlamentares e em emendas do próprio relator, destinadas a programas sociais.



Gilberto Mestrinho preside a Comissão Mista de Orçamento, que se reúne amanhã, a partir das 15h

CAS vota projeto de lei que autoriza estados a instituírem pisos salariais

Projeto de lei complementar que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem piso salarial para empregados que não tenham esse benefício definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, deve ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais na quarta-feira, a partir das 9h. A proposta, de iniciativa do Poder Executivo e já aprovada pela Câmara, recebeu parecer favorável do relator na CAS, senador Moreira Mendes (PFL-RO), e está sendo simultaneamente examinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente, a instituição de pisos salariais é matéria de competência legislativa da União. Caso o projeto seja aprovado no Congresso, tal competência passará a ser delegada aos estados. Segundo esclarece a mensagem presidencial que acompanhou a proposta, a delegação não interfere na competência da União para estabelecer o salário mínimo nacional unificado e implica a fixação, por parte de cada unidade da Federação, de pisos salariais diferenciados superiores ao valor do mínimo nacional.

Na mesma reunião, a CAS realiza audiência pública para recolher subsídios à apreciação do projeto de lei da Câmara que revoga artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com objetivo de manter com os empregadores o ônus de provar que não existe vínculo empregatício, principalmente no caso dos tomadores de serviços das cooperativas.



Moreira Mendes é relator na CAS do projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados

A audiência, requerida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), contará com a participação de Eduardo Castello Paricker e Marcelo Gonçalves Campos, da Secretaria Executiva e da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente. Também participam Manoel José dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Marcelo José Ladeira Mauad, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Ricardo Fonseca, representante da Procuradoria do Trabalho; Rozani Holler, representante da Federação das Cooperativas de Trabalho; Antônio Alves de Almeida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; e José Calixto Ramos, presidente da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores.

CRE aprecia regulamento de terras devolutas nas fronteiras

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado vai examinar, amanhã, às 17h30, projeto de lei da Câmara que regulamenta o artigo da Constituição que trata das terras devolutas da União, indispensáveis à defesa das fronteiras, fortificações e construções militares, vias federais de comunicação e preservação ambiental. O projeto tem parecer contrário do relato, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

O relator afirma que o projeto não inclui providências eficazes para o efetivo exercício da defesa nacional, sem os quais as terras

não ficarão a salvo de ocupações irregulares. “Não basta a letra fria da lei para garantir o domínio completo e permanente da União sobre esses territórios”, alerta o senador.

A pauta da CRE inclui também mensagens do presidente da República indicando os diplomatas Francisco Thompson Flores Netto para o cargo de embaixador do Brasil no Uruguai e Joaquim Augusto Whitaker Salles em Uganda, cumulativamente com a República do Quênia. As indicações serão votadas em sessão secreta.

CCJ aprecia amanhã proibição da venda de armas

Substitutivo apresentado a três projetos de lei prevê também o recolhimento de armas em poder da população e suspende por um ano a concessão de novas autorizações para funcionamento de empresas de segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza amanhã reunião extraordinária destinada a discutir o substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos de lei que limitam a comercialização de armas de fogo no país. O relator quer que o Congresso proíba a venda de armamentos e munições, além de determinar o recolhimento das armas em poder da população. A reunião deverá começar após a Ordem do Dia, no final da tarde.

As propostas originais, de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Gerson Camata (PMDB-ES) e do ex-senador Djalma Falcão, voltam à pauta da CCJ ao mesmo tempo em que o governo federal discute propostas para melhorar a segurança pública no Brasil. Depois de passar pela Comissão de Justiça, os projetos seguem para a CRE.

O substitutivo de Calheiros também prevê a suspensão, por um ano, da concessão de novas autorizações para funcionamento de empresas de segurança e pede a realização de um referendo sobre a proposta que vier a ser aprovada pelo Legislativo. Segundo o texto do relator, moradores de áreas rurais e clubes de tiro e caça podem adquirir armas, desde que não saiam das áreas definidas.

As Forças Armadas, as polícias, guardas municipais e florestais, agentes de trânsito e de órgãos ambientais, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e empresas de segurança também ficam de fora da proibição sugerida por Calheiros. Ainda assim, o relator acredita que as exceções não descaracterizam a intenção dos projetos originais, que é limitar o número de armas na sociedade.

O senador também definiu a forma de recolhimento das armas em poder de cidadãos. Segundo a proposta, as pessoas que têm qualquer tipo de revólver, pistola ou espingarda e munições devem entregar o material em unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou das polícias civis, num prazo de 360 dias, contados a partir do dia em que a lei entrar em vigor. Feito isso, a pessoa será indenizada. Aqueles com porte irregular que entregarem as armas voluntariamente ficarão isentos de punição.



A CCJ se reúne amanhã logo após a Ordem do Dia do Plenário do Senado e analisa o substitutivo de Calheiros, que abre algumas exceções à proibição da venda de armas de fogo



Malan e Serra foram convidados para discutir amanhã, às 10h, na CCJ, a viabilidade da PEC que destina verbas para a saúde

Malan e Serra debaterão recursos mínimos para saúde

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Saúde, José Serra, devem debater amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta de emenda constitucional que obriga a União, estados e municípios a destinarem mais recursos orçamentários para a área de saúde. A reunião está prevista para as 10h.

A proposta de emenda constitucional determina que a União deverá destinar ao setor de saúde no ano 2000 um volume 5% maior do que o total aplicado em 1999. Os estados e o Distrito Federal irão reservar 12% de seus respectivos orçamentos para saúde, enquanto os municípios destinarão 15%.

O presidente da CCJ, senador José Agripino Maia (PFL-RN), decidiu convidar os dois ministros para debater a viabilidade da proposta. O relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), é favorável:

— A opinião pública elegeu a saúde, ao lado da educação e da segurança, como as áreas que mais necessitam de uma eficiente intervenção do Estado. A destinação obrigatória de percentuais orçamentários para os serviços públicos de saúde constitui medida que deverá assegurar maior disponibilidade de atendimento — observou Antonio Carlos Valadares.

Brindeiro é chamado a explicar investigação sobre precatórios

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, participa de audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, a partir das 9h30, para prestar informações sobre o andamento de denúncias envolvendo irregularidades na emissão de títulos precatórios. O autor do requerimento é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que quer ver esclarecidas denúncias publicadas em março pelo jornal *Folha de S.Paulo*, dando conta de que o procurador tem retardado e desvirtuado ações do Ministério Público que tratam das conclusões da CPI dos Precatórios, cujos trabalhos se encerraram em 1997.

— Tendo em vista a gravidade das acusações, considero necessária a vinda de Geraldo Brindeiro para se defender, para contrargumentar, para justificar as atitudes que tomou — sustenta.

No mesmo dia, a CCJ realiza debate sobre duas matérias que limitam a divulgação por membros da Justiça de informações relacionadas a inquéritos ou processos, chamadas de “leis da mordça”. Para discutir o tema, os senadores vão ouvir doze representantes de entidades ligadas ao Poder Judiciário, como Manoel Jorge Neto, da Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp),



Brindeiro deve comparecer na quarta-feira, a partir das 9h30, à Comissão de Justiça

e representantes da imprensa, entre eles o jornalista Paulo Cabral, diretor-presidente do jornal *Correio Braziliense* e presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Na quinta-feira, a CCJ também terá audiência pública com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Néri da Silveira, que vai falar sobre a importância das eleições na consolidação da democracia.

Na mesma reunião, o secretário de Informática do TSE, Paulo César Bhering, vai abordar a utilização da urna eletrônica no processo eleitoral brasileiro. A audiência será no Plenário do Senado e tem por meta instruir projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que amplia a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, em tramitação no Senado.

Alcântara envia propostas a seminário sobre moradia

Trabalho de 18 páginas, intitulado “Por uma política ambiental urbana sustentável”, apresenta análise do senador sobre o espaço urbano brasileiro e sugestões baseadas nas conclusões da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente

A defesa de uma legislação federal que disponha sobre as diretrizes gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, constituída de instrumentos jurídicos capazes de reorientar o processo ambiental urbano em curso, é uma das propostas enviadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como contribuição ao “Seminário Projeto Moradia”. O seminário, organizado pelo Instituto Cidadania, foi realizado na sexta-feira, em São Paulo.

Sob o título “Por uma política ambiental urbana sustentável”, em trabalho de 18 páginas, o senador faz uma análise do espaço urbano brasileiro e elabora propostas, com base nas conclusões da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em 1992, no que se refere ao Desenvolvimento Humano Sustentável. Alcântara lembrou que a inclusão do capí-

tulo “Da Política Urbana” no texto constitucional estimulou a elaboração de vários projetos de lei de iniciativa parlamentar – um total de 16 propostas, condensadas no Estatuto da Cidade – que poderão entrar na pauta do Senado ainda nesta sessão legislativa.

Em seu trabalho, o senador resgata formulação do arquiteto Maurício Nogueira Batista, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (RJ), que propõe a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Urbano, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Além disso, Nogueira Batista sugere a revitalização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de reorganizar os meios técnicos e administrativos relativos ao desenvolvimento ambiental urbano e à ordenação do território brasileiro.



Alcântara defende legislação sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Senador elogia integração entre ensino superior e comunidade

O senador Lúcio Alcântara elogiou a integração da Universidade Regional do Cariri (Urca), no Ceará, com a comunidade da região do nordeste central. Segundo ele, a universidade vem desenvolvendo programas que dinamizam a cultura do sertão, estimulam o desenvolvimento humano e valorizam e integram as diferentes economias regionais.

A universidade, fundada em 1987, tem 5.131 alunos em 12 cursos de graduação e três programas de mestrado, forma em nível superior um número cada vez maior de pessoas da região e contribui com seu progresso e sua transformação, disse o senador.

– A Urca proporciona aos seus alunos uma visão construtiva da sociedade, pois alia o avanço científico à cultura das humanidades e

propõe o fortalecimento das organizações da sociedade civil e o desenvolvimento da cooperação interestadual nos municípios da região – acrescentou Lúcio Alcântara.

A região do Cariri está situada na Chapada do Araripe, município com grande potencial turístico e uma enorme variedade cultural, que inclui literatura de cordel, vaquejadas, festas religiosas, teatro popular, romarias etc. A literatura de cordel é utilizada pela universidade nos cursos de educação ambiental, afirmou o senador.

Alcântara elogiou o trabalho de Violeta Arraes de Alencar Gervaiseu, reitora da Urca, que defendeu a contribuição da cultura popular para superar as carências, desigualdades e marginalização do povo.

Luzia Toledo defende autonomia universitária

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) defendeu a necessidade de criação de uma legislação específica tratando da autonomia universitária. Ela informou que o governo pretende encaminhar ao Congresso projeto nesse sentido.

A Constituição já confere autonomia às instituições de ensino superior, porém, na avaliação da senadora, é necessária uma legislação mais específica sobre o assunto, para estabelecer parâmetros, condições e garantias de como se dará a efetivação da autonomia.

Luzia Toledo admite que haverá dificuldades durante a discussão da proposta, em virtude dos diferentes interesses das organizações representativas do

setor educacional. Ela espera do MEC “sensibilidade para, além de propor o que considera correto, saber ouvir e esforçar-se por admitir algum tipo de alteração em seu propósito inicial”.

A senadora ressaltou ainda a importância da discussão sobre as formas de financiamento das instituições mantidas pela União.

– Se é verdade que as instituições universitárias federais precisam encontrar modelos eficientes e eficazes de gestão, racionalizando seus custos e buscando formas alternativas de financiamento, tal como ocorre nos países de sólida tradição no setor, não menos verdadeiro é o fato de que a União não pode se eximir de garantir-lhes manutenção – argumentou.



Luzia não crê que o governo pense em adotar uma política de privatização do ensino superior

Luzia não crê que o governo tenha a intenção de implementar uma “política de privatização” do ensino superior. Prova disso, sustenta, seriam as medidas implementadas pelo governo no sentido de melhorar a qualidade do ensino, como o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental e o Exame Nacional de Cursos.

Senado abre amanhã exposição dos 500 anos

A exposição *Memória e Futuro*, que o Senado inaugura amanhã como parte das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, reúne peças que nunca haviam saído do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e do Museu Imperial de Petrópolis. Ficarão expostas no Salão Negro do Senado até o dia 30 de julho próximo, entre outras raridades, a coroa, o manto majestático e a própria espada com a qual d. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. A exposição ficará aberta à visitação pública das 9h às 18 horas.

A mostra vai traçar, em quatro módulos, um panorama desde a pré-história, e apresentar perspectivas para o país. O primeiro aborda o estilo de vida dos primeiros habitantes do país, apresentando uma coleção de instrumentos, artefatos arqueológicos e armas indígenas.

O segundo módulo percorre a fase do descobrimento até a independência, passando pela colonização, a expansão territorial, a mineração e os movimentos libertários. Serão mostradas reproduções de mapas da época e expostas armas e objetos de mi-



Dom Pedro I estará no segundo e no terceiro módulos da exposição *Memória e Futuro*, a partir de amanhã, no Salão Negro do Senado

neração, incluindo lingotes de ouro.

O primeiro e o segundo impérios integrarão o terceiro módulo. Dele também fazem parte a formação do Senado Imperial, a Lei Áurea (documento original e a caneta usada pela princesa Isabel), a implantação da República, a industrialização e o desenvolvimento do país até os dias de hoje.

Para a montagem do quarto módulo, a comissão responsável pelo evento (constituída pelo di-

retor-geral do Senado, Agaciel Maia, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Lacerda Medeiros) convidou o especialista Marcelo Dantas, que assinou a elogiada exposição da Bienal de São Paulo sobre os 500 Anos. Utilizando recursos de multimídia, serão mostradas as potencialidades do Brasil e suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

Estímulo ao álcool combustível é defendido

Devido aos reajustes no custo do barril de petróleo e aos aumentos do preço da gasolina, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) considera mais oportuna do que nunca a opção do álcool como combustível da frota nacional de veículos. A afirmação ocorreu em entrevista que será mostrada hoje pela TV Senado em quatro horários: 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30. O senador acredita que a decisão do governo de sancionar a lei que obriga a utilização de álcool nos veículos oficiais é a maior prova de que a intenção é para valer.

Cândido debate segurança na Petrobras

Embora a Petrobras venha recebendo prêmios pela sua capacidade de produção, os níveis de segurança da empresa estão abaixo dos verificados no mercado internacional. A denúncia é do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da subcomissão especial que estuda o vazamento de óleo na Refinaria Duque de Caxias, e do engenheiro Jorge Eduardo do Nascimento, funcionário da empresa. Os dois participam de entrevista que a TV Senado exibe hoje às 6h30, 13h30 e 19h30.

Vilaça fala à TV Senado sobre mudanças no Estado brasileiro

A entrevista com o ministro do TCU, que foi ao ar no final de semana, também abordou temas como o novo papel dos tribunais de contas

As perspectivas de mudanças no Estado brasileiro em resposta às expectativas da sociedade são um dos temas lançados pelo escritor, intelectual e ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Marcos Vilaça em entrevista concedida à TV Senado e que foi ao ar no final de semana. O programa tratou também da proposta de uma nova visão sobre o papel do tribunal, que deve sair da ótica simplesmente punitiva para a de uma atuação voltada à prevenção e educação do administrador no trato com o dinheiro público.

— O mundo está passando por transformações muito intensas e rápidas, às quais precisamos responder. No Brasil, não podemos desperdiçar nada, nem dinheiro nem tempo, nem a esperança do povo — enfatizou.

Vilaça ressaltou que é preciso pensar um formato novo para os Poderes da República, que responda à necessidade de melhoria do Estado, mudando a concepção de escolha dos governantes e do processo legislativo. Deve ser incluída também, afirmou, maior exigência quanto à composição desses Poderes.

O ministro defendeu ainda mudanças na atuação do TCU.

— A contribuição do tribunal ao Brasil não deve se circunscrever ao aspecto do rigor e da expedição punitiva e paranóica de descoberta da fraude. Acredito muito no trabalho pedagógico que uma corte de contas pode fazer, ao mesmo tempo que aplica a lei. Não temos hospitais para cultivar a doença, e sim porque preconizamos a saúde — argumentou.

Para alcançar esse objetivo, o próprio TCU precisa estar bem preparado, o que tem sido buscado, segundo o ministro, por meio de cursos de aprimoramento de seu quadro, composto de servidores de elite, e também do estreitamento de laços com instituições no exterior, a exemplo dos técnicos que atualmente cursam administração pública nos Estados Unidos e aprendem a lidar com a aplicação da tecnologia moderna à fraude.



As mudanças por que passa o mundo exigem que o Brasil acabe com o desperdício de dinheiro, tempo e esperança do povo brasileiro, afirmou Marcos Vilaça

— Não temos alternativa. Ou saímos do casulo ou vamos ficar marcando passo. Precisamos também habilitar nossos servidores a lidar com o crescimento do Mercosul. A noção de Estado que aprendemos está mudando sensivelmente. A multilateralidade é um imperativo dos tempos modernos. São João da Cruz dizia que não há caminhos, há que caminhar. Isso não se aplica só à mística, mas também à vida das nações — comentou.

Vilaça preconizou mudanças de rumos também para a educação e a cultura, e considerou os 500 anos do descobrimento uma grande oportunidade para essa reflexão.

— O povo brasileiro ainda não tem consciência cultural, porque não existe adequação entre educação e cultura. Mas não sou pessimista, a linha é ascendente. A consciência da cidadania ainda não atinge todas as faixas da população, mas acho que há uma marcha para a frente, e no momento em que viabilizarmos melhor a educação, com interação no plano da cultura, vamos corrigir esse problema.

De positivo, Vilaça apontou “a maior valorização dos bens culturais”, visível por exemplo na forma como as comunidades têm reagido aos tombamentos pelo Patrimônio Histórico “de maneira muito melhor”. Ele também advogou que deve ser ampliada essa conscientização com a introdução do conceito de patrimônio imaterial, que inclui, além dos monumentos e igrejas, os aspectos etnográficos das populações interioranas, por exemplo. Outra proposta do entrevistado é que o país encontre

meios financeiros para levar sua produção ao mundo, não mais com a imagem caricata “café, mulata e Pelé”.

— O Brasil tem uma expressão cultural fortíssima, um lugar marcado no mundo, nas artes plásticas, na música, na literatura. Mas não estamos sabendo exportar cultura — afirmou.

A dificuldade existe inclusive em relação aos países que falam a língua portuguesa. Como exemplo, Vilaça apontou o caso da Academia Brasileira de Letras, que chega “aos cem anos sem ter ao menos um sócio-correspondente africano lusófono”, embora o senegalês de fala francesa Senghor figure na lista, ao lado do português Mário Soares.

— Angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos nunca compareceram à nossa nominata. Não nos frequentamos. O Brasil tem uma capacidade de influir nessa literatura, até porque temos autoridade para falar com eles no plano político, mais do que Portugal, por conta do ranço colonialista — segundo o escritor.

Quanto ao relacionamento com Portugal, Vilaça acha que “está na hora de sair da retórica do bem-querer e buscar, com objetividade, tirar melhor partido dessas relações”.

— Portugal tem de acabar com a inveja. Não falamos errado, falamos o português do Brasil. Portugal precisa se convencer de que suas duas melhores criações são *Os Lusíadas* e o Brasil. Há prazer maior para um pai do que o reconhecimento de seu filho? E o Brasil também precisa parar de pensar com aquele estereótipo de que Portugal é fado, bacalhau e azeitona — polemizou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate*: Sen. Geraldo Cândido e o engenheiro de segurança, Jorge Eduardo do Nascimento, falam sobre o vazamento de óleo na baía de Guanabara
7h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Patrocínio fala sobre o álcool combustível
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
8h30 — *TV Escola* — Educação ambiental: Explosão demográfica
9h — *Redescobrimos*: Mário de Andrade
9h30 — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
10h — Sessão Plenária em homenagem aos 100 anos da Flocruz
11h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Patrocínio fala sobre o álcool combustível
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate*: Sen. Geraldo Cândido e o engenheiro de segurança, Jorge Eduardo do Nascimento, falam sobre o vazamento de óleo na baía de Guanabara
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre saneamento urbano
19h30 — *Debate*: Sen. Geraldo Cândido e o

engenheiro de segurança, Jorge Eduardo do Nascimento, falam sobre o vazamento de óleo na baía de Guanabara
20h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Patrocínio fala sobre o álcool combustível
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidores e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Francelino elogia resultados da privatização das teles

Para o senador, emenda aprovada há cinco anos propiciou a universalização e a competição no setor, reduzindo o preço e aumentando a qualidade

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez um balanço positivo da desestatização do setor de telecomunicações no país, durante discurso em Plenário na sexta-feira. Francelino referiu-se ao tema lembrando que no dia 15 de agosto transcorrerá o 5º ano de vigência da Emenda Constitucional nº 8, que permitiu o ingresso da iniciativa privada nas telecomunicações, relatada por ele na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para comprovar os avanços após a abertura do setor ao capital privado, Francelino Pereira fez uma retrospectiva sobre a evolução das áreas de telefonia fixa, celular e sistema de TV a cabo no período. Em primeiro lugar, lembrou que em 1994 existiam 13,3 milhões de aparelhos fixos, número que pulou para 20,2 milhões em 1998 e chegou a 27,7 milhões no final do ano passado. Quanto aos telefones públicos, passaram de 547 mil para 740 mil entre 1998 e 1999.



Francelino foi relator da Emenda Constitucional nº 8, que permitiu a desestatização das telecomunicações

— As metas acordadas foram amplamente superadas graças a dois princípios que norteiam a nova política de telecomunicações: a universalização e a competição, que reduzem o preço aumentando a qualidade — destacou.

Na área de telefonia celular, o universo de usuários saltou de 800 mil, em 1994, para 15 milhões em 1999. Segundo o senador, uma nova geração de celulares será implantada este ano no país: a 3G, que

vai permitir o acesso à Internet.

Ainda de acordo com o senador pefelista, as 164 operadoras de TV a cabo disponibilizam o serviço, hoje, para 15,6 milhões de domicílios. Ele anunciou que já há outras 51 licitações abertas, que irão permitir o acesso a mais 7,4 milhões de lares, totalizando 23 milhões de assinaturas. Para Francelino, o principal trunfo da quebra do monopólio estatal nas telecomunicações foi a popularização da cobertura nacional.

Ao final de seu pronunciamento, Francelino Pereira homenageou a atuação de dois ministros das Comunicações que tiveram “atuação decisiva”, segundo ele, em duas fases da expansão do setor no país: Quandt de Oliveira, na década de 70, e Sérgio Motta, nos anos 90. Também elogiou o trabalho do atual ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, “por seu lúcido desempenho na missão de dinamizar e modernizar todo o completo sistema de telecomunicações”.



Mauro Miranda: “Os limites de resistência da pobreza estão saturados”

de ação, tem fortes razões para protestar. Na opinião do senador, são razões que se misturam com as dos pequenos proprietários rurais, que não têm crédito adequado e pontual, sementes nem fertilizantes. “Ganharam ou já têm terra, mas não têm como cultivá-la”, afirmou.

O senador citou reportagem publicada na *Folha de S. Paulo*, segundo a qual a renda no campo caiu 5,8% entre 1995 e 1998, e disse temer a possibilidade de a mão-de-obra agrícola tornar-se “um barril de pólvora prestes a explodir”.

João Alberto se licencia e Fiquene assume no Senado

O ex-governador do Maranhão José de Ribamar Fiquene (PFL-MA) foi empossado, sexta-feira, na vaga do senador João Alberto Souza (PMDB), que se licenciou para tratamento de saúde. Em seu primeiro pronunciamento como senador, Fiquene afirmou que pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo antecessor.

— O Senado Federal é para mim o imenso repositório da democracia brasileira. Aqui, vê-se irradiar o sustentáculo primacial da liberdade. Aqui, um pugilo de homens e mulheres promulga sempre a união nacional. Aqui, a esteira do progresso corre aceleradamente para colocar o Brasil no lugar primoroso da honra e da dignidade. Aqui, a feitura das leis traz o calor tradicional do equilíbrio portento — disse Ribamar Fiquene.

Além de ex-governador do Maranhão, Ribamar Fiquene também foi vice-governador do estado, superintendente da Legião Brasi-



José de Ribamar Fiquene foi governador do Maranhão e prefeito de Imperatriz

leira de Assistência, prefeito de Imperatriz (MA), vice-prefeito de Itapecuru-Mirim (MA), reitor da universidade do estado, juiz e promotor de Justiça. Ao ser empossado, ele fez uma saudação especial aos senadores José Sarney (PMDB-AP), Edison Lobão (PFL-MA), Bello Parga (PFL-MA) e João Alberto, além de manifestar sua solidariedade à governadora do estado, Roseana Sarney.

Wilson homenageia memória de ex-deputado pernambucano

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) homenageou o advogado pernambucano Paulo Cavalcanti, que, se estivesse vivo, estaria completando 85 anos. Bacharel em Direito aos 27 anos, Cavalcanti foi promotor público e deputado estadual por três mandatos consecutivos (1947, 1950 e 1954). No período do Estado Novo, teve seu registro cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, em consequência de denúncias do Partido Integralista, que o acusava de ser comunista.

Carlos Wilson disse que Paulo Cavalcanti se declarava “um marxista convicto, embora modesto”. Preso por 11 vezes desde o início do movimento militar de 1964, foi processado, mas sempre absolvido das acusações que lhe eram imputadas, disse o senador.

Colaborador do governo petebista de Pelópidas Silveira, no Recife, como secretário de Assuntos Jurídicos, de Finanças e Administração, Paulo Cavalcanti também participou como diretor do Arquivo Público no governo do próprio Carlos Wilson, no fim dos anos 80.

O senador destacou ainda a atividade de Cavalcanti como jornalista.



Carlos Wilson lembra atuação política e cultural de Paulo Cavalcanti

Ele chegou a diretor da Associação de Imprensa de Pernambuco. Fundador da Associação do Ministério Público de Pernambuco e da União Brasileira de Escritores, escreveu a obra *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, pela qual recebeu prêmios da Academia Brasileira de Letras, da Câmara Brasileira do Livro e da Academia Pernambucana de Letras, lembrou Carlos Wilson.

Como homenagem a Paulo Cavalcanti, o senador disse que seu nome será inscrito no monumento *Tortura Nunca Mais*, no Recife. Ali estará transcrita uma das frases que, segundo Carlos Wilson, sintetizam o trabalho e obra de Paulo Cavalcanti: *Não há neutralidade diante da vida*.

Mauro discorda da busca de confronto, mas diz que MST deve ser respeitado

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) acredita que, sem o uso de práticas de confronto, o Movimento dos Sem-Terra (MST) “não é um problema, mas uma solução para ser respeitada e apoiada por toda a sociedade”. O senador afirmou que não adianta condenar o movimento e a estridência de sua denúncia social. “O MST é parte da nossa realidade, existe e tem que ser ouvido”, afirmou, ao defender a necessidade de diálogo entre o movimento e o governo. Para Mauro, há pessoas que podem exercer o diálogo em nome do governo, “sobretudo no Congresso, onde sobram quadros calejados na prática do entendimento”.

O senador lamentou situações de violência que vêm acontecendo no Brasil e citou como exemplo os

acontecimentos recentes em São Paulo: a paulada recebida pelo governador do estado, Mário Covas, e o ovo atirado no rosto do ministro da Saúde, José Serra. Acrescentou que a supressão do diálogo provocou a quebra de princípios democráticos.

— Os limites de resistência da pobreza estão saturados. Os elos de coexistência e de equilíbrio social estão ameaçados de rompimento. Estamos vivendo um período rico de explosões sociais e de risco. Os sem-terra invadiram prédios públicos, depois os índios fizeram manifestações, seguiu-se a greve dos caminhoneiros e agora estudantes e funcionários públicos protestam nas ruas — observou.

Mauro Miranda acredita que os dados da realidade mostram que o MST, descontados os meios radicais